



**CA Vida**  
Grupo Crédito Agrícola

**2017**

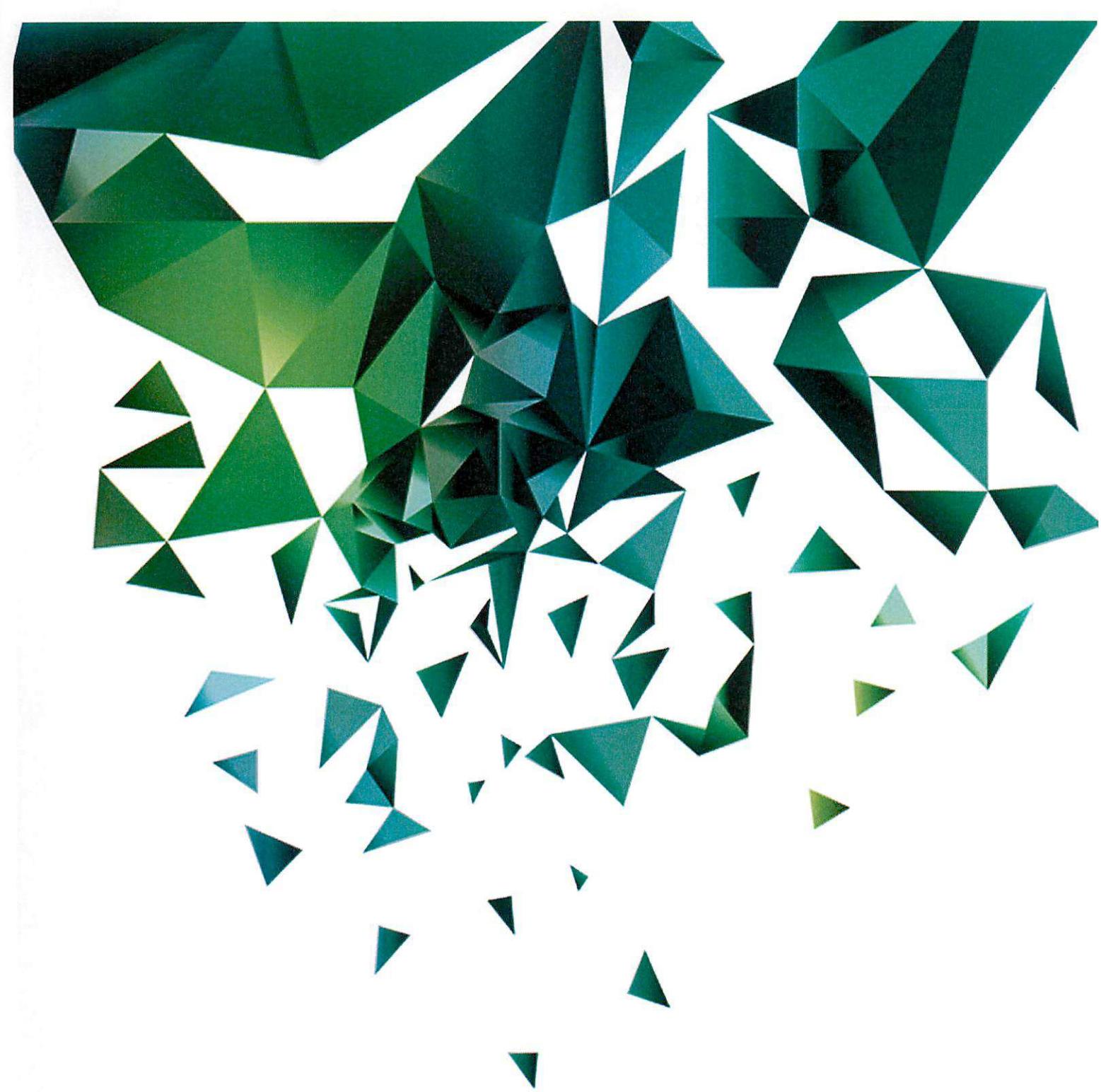
# **RELATÓRIO E CONTAS**

FUNDO DE PENSÕES  
CRÉDITO AGRÍCOLA

## ÍNDICE

<b>Enquadramento da Actividade .....</b>	3
Cenário Macroeconómico .....	4
Evolução do Mercado de Fundos de Pensões .....	5
<b>Informação de Gestão .....</b>	6
<b>Demonstrações Financeiras .....</b>	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras .....	16

O presente documento está escrito  
ao abrigo das normas estabelecidas  
no anterior Acordo Ortográfico da  
Língua Portuguesa.



# **ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE**

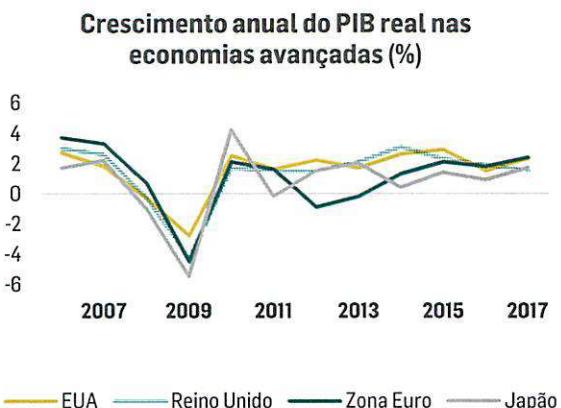
flor

## ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

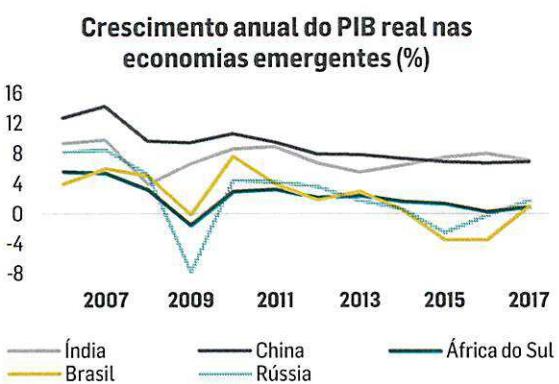
### 1. Cenário Macroeconómico

#### Economia Internacional

A economia internacional registou um desempenho robusto em 2017, beneficiando da atenuação de alguns factores de risco de ordem política, de condições financeiras acomodatícias nos principais blocos desenvolvidos e da retoma do comércio internacional. Destacaram-se pela positiva as economias europeias, desenvolvidas e emergentes, e também os países asiáticos, regiões onde o crescimento esperado para 2017 tem sido revisto genericamente em alta. O ritmo de crescimento dos preços tem vindo a aumentar nos países desenvolvidos, mas aquém do desejado pelas autoridades monetárias. O Banco Mundial elevou as suas estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Mundial para 3% em 2017.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018.



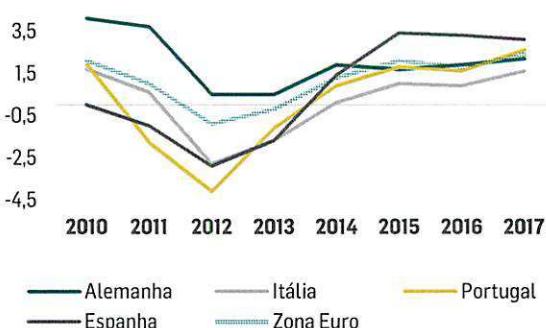
Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018.

Em 2017, a economia da Zona Euro continuou a crescer, apoiada pela manutenção das condições financeiras acomodatícias, baixo preço dos bens energéticos, recuperação da confiança entre os agentes económicos e redução dos riscos políticos. Ao longo de

2017, a economia ganhou ímpeto à medida que alguns receios que limitavam o crescimento e optimismo se foram dissipando, sendo que a procura interna continuou a ser a principal impulsionadora do crescimento, mas a recuperação das exportações, graças à retoma da economia a nível global, permitiu que o contributo da procura externa fosse igualmente positivo.

Os 19 países que compõem a Zona Euro fecharam o ano de 2017 a crescer ao ritmo mais forte em quase sete anos, ficando o crescimento real do PIB acima dos 2% no conjunto dos países da Zona Euro. O investimento de capital também apresentou um forte crescimento em resposta à manutenção das políticas acomodatícias do Banco Central Europeu (BCE).

**Taxas de crescimento do PIB real (variações anuais)**



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018.

Com as condições económicas favoráveis na Zona Euro, a taxa de desemprego diminuiu, tendo ficado no final do ano em 8,7%, valor que não se registava desde Janeiro de 2009. No entanto, a recuperação do emprego não foi acompanhada por um acréscimo nos salários. Assim, a variação anual dos preços ao consumidor manteve-se entre 1% e 2% ao longo do ano, tendo encerrado 2017 em 1,4%, valor que se situa ainda abaixo da meta do BCE.

O BCE decidiu manter as principais taxas directoras inalteradas ao longo de todo o ano, em 0% no caso da taxa principal de refinanciamento e, no que respeita às taxas dos depósitos e de cedência de fundos, em -0,4% e 0,25%, respectivamente.

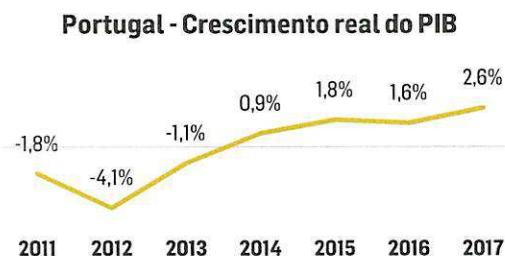
A economia americana acabou o ano de 2017 num ritmo forte, sendo estimado um crescimento de 2,3% do PIB, dada a dinâmica positiva registada no segundo e terceiro trimestres do ano, com os números dos mercados de capitais, confiança dos consumidores e de emprego a apresentarem os melhores resultados dos últimos anos, em alguns casos, de sempre.

A taxa de desemprego ficou nos 4,1% perto do final do ano, sendo este o valor mais baixo em quase 17 anos.

Esta dinâmica de recuperação do mercado de trabalho suportou o consumo privado. Num ambiente de maior confiança quanto à evolução da procura interna e externa assistiu-se também à recuperação do investimento.

## Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2017, cresceu mais do que o conjunto dos países da Zona Euro (2,6% versus 2,4%), algo que já não acontecia desde 1999, beneficiando do fortalecimento da procura interna e do desempenho favorável das exportações associado ao bom momento económico dos principais parceiros comerciais.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018.

Na procura interna, o consumo privado beneficiou da recuperação do emprego e do rendimento disponível, tendo registado um crescimento médio anual de 2,2%.

Já o investimento beneficiou da permanência dos baixos custos de financiamento e do fortalecimento da procura global que contribuiu para a recuperação da capacidade produtiva instalada. Assim, o investimento registou um crescimento médio anual de 10,3% nos três primeiros trimestres do ano, depois de, durante o mesmo período de 2016, ter estagnado, beneficiando do investimento realizado pelo sector privado.

O contributo da procura externa foi positivo, com as exportações nacionais a ficarem acima das importações. As exportações nacionais atingiram 42% do PIB em 2017 (que compara com 39,9% do ano anterior), um sinal da resiliência da economia nacional face a uma evolução na política monetária europeia.

Os principais indicadores económicos divulgados, no que se refere ao último trimestre do ano, sugerem um crescimento sólido e superior ao da Zona Euro que contribui para a redução do gap de riqueza por habitante entre Portugal e a região da moeda única.

A taxa de desemprego nacional registou uma das descidas mais acentuadas entre os países da Europa, situando-se no final de 2017 perto dos 9,1% (11% em 2016).

O ritmo de crescimento dos preços ao consumidor registou, ao longo do ano, um movimento de gradual aceleração. Esta dinâmica foi influenciada pela subida dos preços dos bens energéticos, cujo contributo para a taxa de inflação média anual foi ganhando importância ao longo do ano. O assinalável dinamismo registado no turismo teve impacto nos preços praticados no sector hoteleiro e, consequentemente, contribuiu para a aceleração da inflação durante o ano, a qual estabilizou em 1,5% no final do ano.

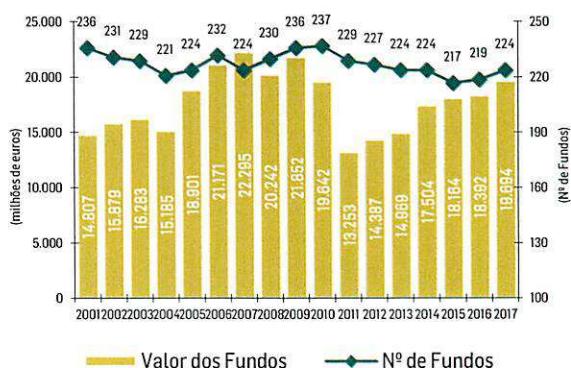
Apesar da redução do défice em contabilidade pública entre 2016 e 2017, o seu valor em termos brutos ficou 104 milhões de euros acima da meta traçada. Em Outubro, aquando da actualização das estimativas para o ano de 2017 (Orçamento do Estado 2018), o Governo fixou a meta do défice de 2017 em 1,4%. Posteriormente, tem vindo a apontar para objectivos mais ambiciosos, com o primeiro-ministro, António Costa, a adiantar que o défice do ano de 2017 terá ficado em torno de 1,2% do PIB.

## 2. Evolução do Mercado de Fundos de Pensões

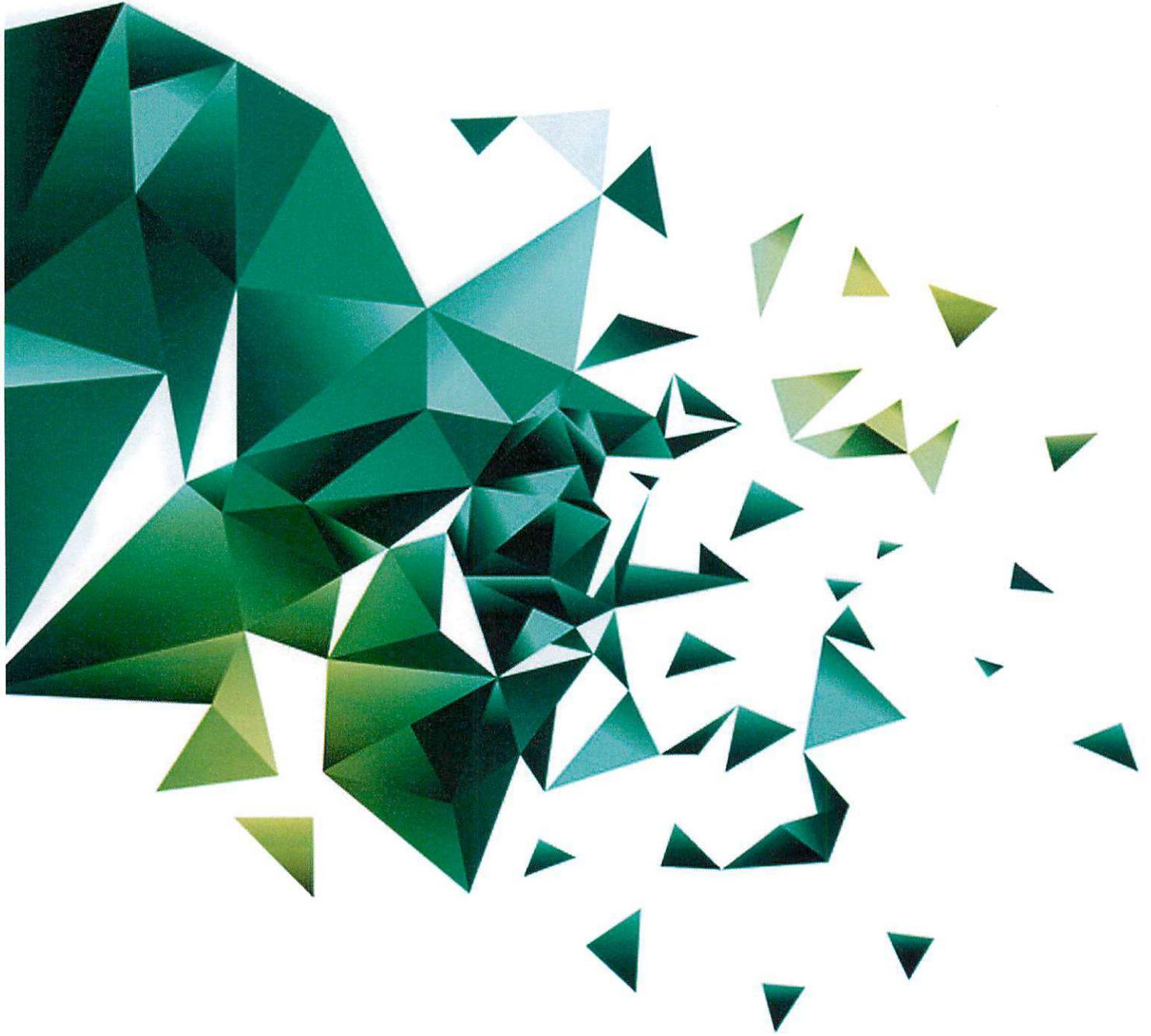
A economia internacional O valor sob gestão de fundos de pensões em Portugal registou em 2017 um acréscimo de 6,6% passando de cerca de 18,4 mil milhões de Euro em 2016 para cerca de 19,7 mil milhões em 2017.

No que se refere ao número de fundos de pensões do mercado, assistiu-se à extinção de 2 fundos de pensões do tipo fechado. Assistiu-se igualmente à constituição de três fundos de pensões fechados, de dois fundos de pensões PPR e de dois fundos de pensões abertos, verificando-se um aumento do número de fundos de pensões para 224, dos quais 140 são fundos fechados e 84 são fundos abertos. Destes, 55 são fundos abertos, excluindo PPR, PPR/E, PPE e PPA.

A evolução do mercado dos fundos de pensões nos últimos anos quanto a montantes e número de fundos, foi a seguinte:



trui



# INFORMAÇÃO DE GESTÃO

## INFORMAÇÃO DE GESTÃO

### a) Evolução geral do Fundo de Pensões

A CA Vida iniciou a gestão do Fundo de Pensões Crédito Agrícola em 28 de Dezembro de 2007, o qual tem como objectivo financiar as responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência bem como com encargos com cuidados médicos pós-emprego - SAMS - (parcela a cargo das Instituições do Crédito Agrícola), associadas ao plano de pensões das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo, constante do respectivo Acordo Colectivo de Trabalho. O Plano garante pensões em caso de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e sobrevivência.

Os associados do Fundo de Pensões são as Instituições subscritoras do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Crédito Agrícola.

As normas internacionais de contabilidade, designadamente o IAS 19, regulam todos os aspectos contabilísticos relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência nas contas das Instituições do Crédito Agrícola.

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor do Fundo de Pensões Crédito Agrícola era de €87.257.502,62, o que compara com o valor de €84.466.482,73 no final do exercício de 2016.

Durante o ano de 2017, o fundo registou contribuições no valor de €2.530.984,37, sendo €848.566,00 resultantes de entregas dos Associados do Fundo e €1.682.418,37 de entregas dos participantes.

Foram processadas pensões aos beneficiários, em 2017, no valor total de 1.198.680,83€ e pagas contribuições para o SAMS no valor de 530.959,38€.

A evolução financeira do fundo durante o exercício de 2017 foi a seguinte:

	U: Euros
(+) Valor do fundo de pensões em 31-12-2016	84.466.482,73
(+) Contribuições efectuadas	2.530.984,37
Pela Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	848.566,00
Pelos empregados	1.682.418,37
(+) Rendimento dos activos do Fundo de Pensões (líquido)	2.092.349,40
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	1.198.680,83
€(-) Contribuições pagas aos SAMS	530.959,38
(+/-) Outras variações líquidas	-102.673,67
(=) Valor do fundo de pensões em 31-12-2017	87.257.502,62

O rendimento dos activos apresentado no quadro anterior corresponde aos rendimentos, ganhos e

perdas dos investimentos acrescido de outras receitas e deduzido dos impostos, comissões de gestão e de depósito e das despesas bancárias pagas. A rubrica Outras Variações Líquidas refere-se ao valor do prémio de seguro líquido de capitais recebidos e de participação de resultados, com a subscrição de um seguro de risco para a cobertura da invalidez e morte no activo dos participantes. Em 2017 foi registada a provisão para participação de resultados relativa ao exercício de 2017 a ser recebida em 2018.

### b) Política de Investimento e cumprimento dos princípios e regras prudenciais aplicáveis aos investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões regula-se por regras de rendibilidade, liquidez, segurança, diversificação e dispersão dos investimentos do fundo.

A política de investimento do fundo de pensões, encontrando-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, segue um modelo de gestão por *benchmarks*, onde se define os limites mínimos e máximos de exposição a cada classe de activos e os índices de referência de cada classe face aos quais é medida a performance. O modelo de gestão do fundo não é especificamente orientado para a minimização do *mismatch* entre os activos e passivos, pela dificuldade em estabelecer uma estratégia de imunização eficaz dada a elevada maturidade residual das responsabilidades. Porém, esta estratégia não invalida que sejam efectuados rebalanceamentos à carteira em função da evolução da estrutura das responsabilidades.

Classes de Activos	Limites (% do valor Global da Carteira)	
	Mínimos	Máximos
Títulos de Dívida		
Soberana (a)	35%	65%
Privada (b)	20%	35%
Acções, Organismos de Investimento Colectivo e ETF de acções (c)	0%	20%
Imóveis e Organismos de Investimento Imobiliário (d)	0%	20%
Organismos de Investimentos Alternativo em valores mobiliários (e)	0%	5%
Papel Comercial	0%	5%
Depósitos à ordem, a prazo	0%	10%

- (a) Inclui obrigações emitidas por estado soberano e por entidades e organismos internacionais, equiparadas a dívida pública.  
(b) Obrigações e instrumentos de dívida de empresas, de taxa fixa ou variável, representativos de dívida

sénior ou subordinada, incluindo os que incorporam instrumentos financeiros derivados.

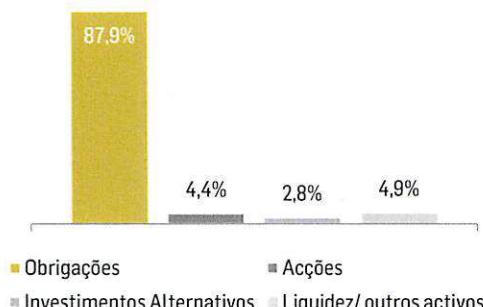
- (c) Acções ordinárias e preferenciais, bem como instrumentos que confirmam direito a subscrição ou à atribuição de acções.
- (d) Inclui o investimento em terrenos e edifícios e em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário.
- (e) Títulos representativos de capital de Organismos de Investimento Alternativo em valores mobiliários e Organismos de Investimento Alternativo Especializados.

A gestão do fundo de pensões cumpriu os princípios e regras prudenciais aplicáveis aos investimentos dos fundos de pensões.

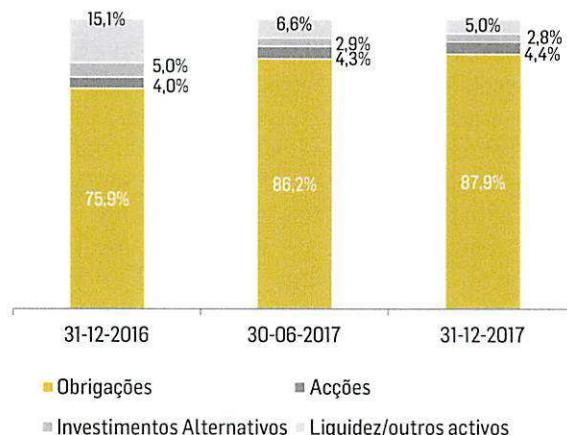
### c) Evolução da estrutura da carteira de Investimentos

No final de 2017, a carteira apresentava uma exposição de cerca de 75,9% em Obrigações (na totalidade de taxa fixa) enquanto que a posição em organismos de investimento colectivo era de cerca 8,5%. A componente de obrigações - taxa fixa - pode ser decomposta em títulos de dívida pública (49,7%) e títulos de dívida de empresas (26,2%). O investimento em unidades de participação de fundos de investimento de retorno absoluto representava 3,2% do valor das aplicações do fundo, enquanto o valor do investimento em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário representava 1,3% do valor líquido do fundo no final do ano. A componente de liquidez representava no final do ano de 2016, cerca de 15,1% do valor do fundo. Este valor elevado é justificado pelas contribuições efectuadas pelos Associado no final do ano.

No final de 2017, a carteira apresentava a seguinte exposição por classe de activo:



Durante o ano de 2016, a composição das aplicações do fundo de pensões registou as seguintes alterações:



Em 31 de Dezembro de 2017, cerca de 5,8% da carteira de títulos de rendimento fixo tinha um rating superior ou igual a AA-, enquanto que cerca de 11,5% era superior a A (13,4% e 16,8% em 31 de Dezembro de 2016, respectivamente).

Rating	2017(%)	2016(%)
AAA	0,4%	0,5%
AA+	2,9%	3,5%
AA	2,5%	9,4%
AA-	2,6%	2,1%
A+	4,0%	1,2%
A	13,8%	3,8%
A-	2,1%	8,4%
BBB+	5,3%	23,4%
BBB	40,5%	32,6%
BBB-	5,8%	8,0%
BB+	13,9%	4,5%
BB/BB-/B+	3,3%	2,5%
Unrated	3,8%	0,0%

No que se refere ao risco de taxa de juro, a duração da carteira de obrigações era de 6,4 anos (5,7 anos no final de 2016).

O risco cambial é nulo dado que 100% da carteira encontrava-se denominada na moeda Euro.

No que se refere ao risco de liquidez, o investimento realizado em cada classe de activos é efectuado em títulos cotados em mercado oficial de modo a conceder um adequado grau de liquidez à carteira que caucionaria as responsabilidades.

Comparando com os limites definidos na política de investimento, a exposição da carteira do fundo de pensões às classes de activos era, no final do exercício de 2017, o seguinte:

✓ fin  
P

Classes de Activos	Carteira	Limites	
		Mínimo	Máximo
Obrigações Div. Soberana	60,3 %	35 %	65 %
Obrigações Div. Privada	27,6 %	20 %	35 %
Acções e OIC	4,4 %	0 %	20 %
Imobiliário e Investimentos alternativos	2,8 %	0 %	20 %
Liquidex	4,9 %	0 %	10 %

#### d) Análise de Performance

Em 2017, o fundo obteve uma rentabilidade de 2,5% (medida pela Time Weighted Rate of Return). O resultado dos investimentos do fundo (excluindo comissões de gestão e depósito) foi de €2.450.948,31.

A rendibilidade do fundo é objecto de avaliação tendo por base um *benchmark* composto pelos índices mais representativos para cada classe activos:

Obrigações Div. Soberana	Iboxx Euro Zone Sovereigns Overall Total Return
Obrigações Div. Privada	Iboxx Corporate Overall Performance Total Return
Acções	MXWO-MSCI World
Imóveis e Organismos de Investimento Imobiliário	ARTIEUR – Goldman Sachs Absolute Return Tracker Index EUR

O desempenho do fundo de pensões, em termos de rendibilidade, comparando com o *benchmark* foi o seguinte:

Carteira	Benchmark	Diferença
2,5 %	1,85 %	0,65 %

Para o exercício de 2017, a rendibilidade do fundo de pensões superou a rendibilidade do *benchmark* em 0,65 pontos percentuais.

O desempenho do fundo de pensões por classe de activos, no ano de 2017, em comparação com o *benchmark* é apresentado no quadro seguinte:

Classe de Activos	Carteira	Benchmark	Diferença
Obrigações Div. Soberana	1,07%	0,07%	1,00%
Obrigações Div. Privada	4,85%	1,35%	3,50%
Acções e OIC	13,82%	5,38%	8,44%
Imóveis e Organismos de Investimento Imobiliário	0,43%	10,01%	-9,58%

#### e) Evolução dos riscos materiais a que o fundo se encontra exposto e sua gestão

O principal risco associado aos instrumentos financeiros a que o fundo de pensões se encontra exposto é o risco de mercado, derivado do risco de perdas resultantes de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado e do risco de taxa

de juro. A avaliação do risco de mercado é efectuada através do cálculo do *Value at Risk* (VAR) sendo igualmente monitorizado o indicador *Duration* modificada no que se refere ao risco de taxa de juro.

O fundo encontra-se exposto a risco de crédito relacionado com o investimento em títulos de dívida soberana e de empresas. O controlo do risco de crédito associado aos emitentes que possam compor a carteira é efectuado através do acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas agências internacionais, nomeadamente a *Standart & Poor's* e *Moody's Investor Services*.

No exercício de 2017 foram utilizados produtos derivados para mitigação do risco de taxa de juro. Não foram utilizadas operações de reporte e de empréstimo de valores no âmbito da gestão de riscos do fundo de pensões.

#### f) Informação sobre associados do fundo de pensões

Apresentamos de seguida informação desagregada por Associado, sobre o valor da quota-partes do fundo, responsabilidades por serviços passados e respectivo nível de cobertura para o cenário de financiamento e para o cenário do mínimo de solvência.

✓ fev ✓

### Informação sobre associados do fundo de pensões

CCAM ou Instituição do Crédito Agrícola	Valor do Fundo	Responsabilidades por serviços passados (Cenário de Financiamento)	Nível de Cobertura (Cenário de Financiamento)	Responsabilidades por serviços passados (Cenário Mínimo de Solvência)	Nível de Cobertura (Cenário Mínimo de Solvência)
AROUCA	159.924	161.499	99,0%	155.347	102,9%
MÉDIO AVE	543.347	531.600	102,2%	507.474	107,1%
VILA VERDE E TERRAS DO BOURO	359.618	348.526	103,2%	331.209	108,6%
TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA	1.057.377	1.049.862	100,7%	1.021.165	103,5%
VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA	1.179.664	1.124.504	104,9%	1.081.862	109,0%
PAREDES	359.497	337.930	106,4%	326.314	110,2%
NOROESTE	2.840.880	2.900.842	97,9%	2.840.880	100,0%
ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	530.928	513.807	103,3%	496.987	106,8%
ALTO CÁVADO E BASTO	1.164.900	1.173.959	99,2%	1.128.262	103,2%
P. VARZIM, VILA CONDE E ESPOSENDE	1.127.728	1.148.457	98,2%	1.098.771	102,6%
DO ALTO DOURO	1.778.991	1.738.507	102,3%	1.685.079	105,6%
BEIRA DOURO	546.341	527.844	103,5%	511.250	106,9%
DO DOURO E CÔA	434.886	429.814	101,2%	410.284	106,0%
VALE DO TÁVORA E DOURO	715.301	727.789	98,3%	699.733	102,2%
TERRA QUENTE	666.559	633.814	105,2%	615.779	108,2%
TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	1.170.490	1.108.409	105,6%	1.072.651	109,1%
MOGADOURO E VIMIOSO	356.851	367.501	97,1%	356.851	100,0%
TERRAS DE MIRANDA DO DOURO	128.831	119.452	107,9%	113.479	113,5%
BAIXO MONDEGO	1.057.196	1.082.262	97,7%	1.051.617	100,5%
CANTANHEDE E MIRA	797.161	787.315	101,3%	755.305	105,5%
COIMBRA	494.285	487.712	101,3%	465.374	106,2%
VALE DO DÃO E ALTO VOUGA	722.333	661.106	109,3%	637.331	113,3%
OLIVEIRA DE AZEMÉIS E ESTARREJA	515.636	520.131	99,1%	502.326	102,6%
POMBAL	1.967.618	1.962.508	100,3%	1.902.977	103,4%
VALE DE CAMBRA	209.087	212.864	98,2%	202.221	103,4%
LAFÕES	492.635	509.315	96,7%	492.635	100,0%
OLIVEIRA DO BAIRRO	267.574	260.803	102,6%	250.566	106,8%
COSTA VERDE	620.291	606.264	102,3%	583.974	106,2%
BAIXO VOUGA	869.679	888.196	97,9%	856.737	101,5%
ANADIA	181.599	172.095	105,5%	163.491	111,1%
ALBERGARIA E SEVER	360.702	334.241	107,9%	320.483	112,5%
VAGOS	974.369	944.830	103,1%	929.017	104,9%
SERRAS DE ANSIÃO	180.213	168.009	107,3%	160.361	112,4%
OLIVEIRA DO HOSPITAL	270.068	276.175	97,8%	263.170	102,6%
BAIRRADA E AGUIEIRA	674.952	646.709	104,4%	623.779	108,2%
BEIRA CENTRO	819.560	799.674	102,5%	781.307	104,9%
TERRAS DE VIRIATO	965.986	974.400	99,1%	948.390	101,9%
REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL	767.672	783.266	98,0%	751.870	102,1%
BEIRA BAIXA (SUL)	568.822	543.689	104,6%	525.853	108,2%
SERRA DA ESTRELA	1.106.337	1.046.338	105,7%	1.012.445	109,3%
ZONA DO PINHAL	750.384	688.898	108,9%	655.658	114,4%
ALCANHÕES	199.516	203.958	97,8%	199.098	100,2%
ALCOBAÇA	1.690.882	1.667.590	101,4%	1.611.217	104,9%
ALENQUER	466.160	466.704	99,9%	446.990	104,3%
ARRUDA DOS VINHOS	199.599	197.066	101,3%	189.289	105,4%
AZAMBUJA	536.154	548.334	97,8%	530.009	101,2%
BATALHA	646.204	656.125	98,5%	643.555	100,4%
CADAVAL	655.589	634.230	103,4%	621.585	105,5%
CALDAS DA RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE	1.257.974	1.301.938	96,6%	1.257.878	100,0%
LOURES, SINTRA E LITORAL	766.354	746.989	102,6%	717.242	106,8%
CORUCHE	286.045	297.165	96,3%	286.045	100,0%
LEIRIA	1.834.872	1.822.512	100,7%	1.749.702	104,9%
LOURINHÃ	1.758.427	1.720.372	102,2%	1.704.035	103,2%
MAFRA	984.736	1.009.595	97,5%	984.736	100,0%

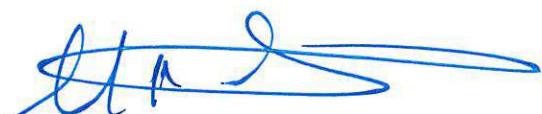
fim

### Informação sobre associados do fundo de pensões (continuação)

<b>CCAM ou Instituição do Crédito Agrícola (continuação)</b>	<b>Valor do Fundo</b>	<b>Responsabilidades por serviços passados (Cenário de Financiamento)</b>	<b>Nível de Cobertura (Cenário de Financiamento)</b>	<b>Responsabilidades por serviços passados (Cenário Mínimo de Solvência)</b>	<b>Nível de Cobertura (Cenário Mínimo de Solvência)</b>
PERNES	186.482	193.498	96,4%	186.482	100,0%
PORTO DE MÓS	605.611	629.153	96,3%	605.612	100,0%
SALVATERRA DE MAGOS	1.841.855	1.872.742	98,4%	1.841.854	100,0%
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	248.114	244.743	101,4%	238.523	104,0%
TORRES VEDRAS	1.937.891	1.842.347	105,2%	1.795.830	107,9%
VILA FRANCA DE XIRA	261.533	263.707	99,2%	252.494	103,6%
RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL	1.086.950	1.066.179	101,9%	1.033.753	105,1%
ENTRE TEJO E SADO	1.983.922	2.025.408	98,0%	1.983.922	100,0%
RIBATEJO SUL	1.079.389	1.098.780	98,2%	1.079.388	100,0%
ALCÁCER DO SAL E MONTEMOR-O-NOVO	917.098	941.327	97,4%	917.097	100,0%
ALJUSTREL E ALMODÔVAR	1.202.644	1.191.678	100,9%	1.177.173	102,2%
NORDESTE ALENTEJANO	609.472	625.415	97,5%	608.042	100,2%
BEJA E MÉRTOLA	498.336	465.475	107,1%	443.966	112,2%
BORBA	176.022	180.845	97,3%	176.022	100,0%
ELVAS E CAMPO MAIOR	799.257	811.096	98,5%	799.258	100,0%
ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES	729.594	724.184	100,7%	707.443	103,1%
FERREIRA DO ALENTEJO	289.219	218.214	132,5%	210.615	137,3%
MORAVIS	371.801	335.991	110,7%	323.912	114,8%
GUadiana Interior	1.679.123	1.728.100	97,2%	1.679.124	100,0%
COSTA AZUL	2.391.032	2.467.024	96,9%	2.391.032	100,0%
S. TEOTÓNIO	887.699	852.985	104,1%	825.424	107,5%
SOUSEL	220.574	220.084	100,2%	210.221	104,9%
NORTE ALENTEJANO	901.244	914.854	98,5%	899.050	100,2%
ALENTEJO CENTRAL	2.060.301	2.101.144	98,1%	2.059.425	100,0%
ALBUFEIRA	1.042.856	1.063.478	98,1%	1.042.855	100,0%
S. BART. MESSINES S. MARCOS SERRA	633.840	642.214	98,7%	633.840	100,0%
SILVES	1.061.910	1.047.778	101,3%	1.017.881	104,3%
SOTAVENTO ALGARVIO	1.440.683	1.481.332	97,3%	1.440.683	100,0%
ALGARVE	3.930.181	3.988.955	98,5%	3.895.103	100,9%
AÇORES	2.378.181	2.376.244	100,1%	2.289.542	103,9%
FENACAM	630.079	566.019	111,3%	542.244	116,2%
CA INFORMATICA	317.018	313.637	101,1%	307.531	103,1%
CA SERVIÇOS	3.209.236	2.828.459	113,5%	2.713.535	118,3%
CAIXA CENTRAL	7.609.568	7.680.619	99,1%	7.421.416	102,5%
<b>TOTAL</b>	<b>87.257.503</b>	<b>86.577.204</b>		<b>83.981.935</b>	

Lisboa, 12 de Abril de 2018

O Conselho de Administração Executivo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

fur  
8

Enviado  
JF

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresenta-se de seguida as demonstrações financeiras do Fundo de Pensões Crédito Agrícola.

### Fundo de Pensões Crédito Agrícola

#### Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2017

						U: Euros	
		31-dez-17		31-dez-16			
ACTIVO	Notas	Activo bruto	Mais/Menos valias	Activo líquido	Activo líquido	PASSIVO E PATRIMÔNIO DO FUNDO	Notas
Aplicações do fundo						Património do Fundo	
Terrenos e edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00	Valor acumulado do fundo	84.466.482,73
Em sociedades gestoras do fundo ou em relação de grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	Resultado líquido do exercício	2.791.019,89
Em outros títulos de crédito	4						12.235.428,70
Acções		0,00	0,00	0,00	0,00	Total do Património do Fundo	<b>87.257.502,62</b>
Obrigações		75.584.763,31	-313.138,31	75.271.625,00	63.452.858,00		
Unidades de Participação em FIM		5.692.292,41	352.668,17	6.044.960,58	5.670.738,75		
Unidades de Participação em Hedge Funds		189.709,49	6.155,22	195.864,71	385.498,34	Passivo	
Unidades de Participação em FII		1.128.050,04	37.765,51	1.165.815,55	1.128.050,04		
Produtos estruturados		407.640,00	-2.440,00	405.200,00	407.640,00		
		<b>83.002.455,25</b>	<b>81.010,59</b>	<b>83.083.465,84</b>	<b>71.044.785,13</b>	Credores	9
Depósito em instituições de crédito	5					Acréscimos e diferimentos	10
Depósitos à ordem		2.055.320,68	0,00	2.055.320,68	11.538.210,07		
Depósitos a prazo		0,00	0,00	0,00	0,00	Comissões de Gestão	73.798,07
		<b>2.055.320,68</b>	<b>0,00</b>	<b>2.055.320,68</b>	<b>11.538.210,07</b>	Comissões de Depósito	17.199,54
							14.713,35
							<b>90.997,61</b>
							<b>78.566,77</b>
Devedores	9						
Entidade Gestora		1.223.806,20	0,00	1.223.806,20	1.281.476,69		
Estado e Outros		589,81	0,00	589,81	4,82		
		<b>1.224.396,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.224.396,01</b>	<b>1.281.481,51</b>		
Acréscimos e diferimentos	10					Operações com derivados	
Juros a receber		991.339,95	0,00	991.339,95	690.876,45		0,00
Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
		<b>991.339,95</b>	<b>0,00</b>	<b>991.339,95</b>	<b>690.876,45</b>		
Operações com derivados		0,00	0,00	0,00	0,00	Total Passivo	<b>97.019,86</b>
							<b>88.870,43</b>
<b>Total Activo</b>		<b>87.273.511,89</b>	<b>81.010,59</b>	<b>87.354.522,48</b>	<b>84.555.353,16</b>	<b>Total do Passivo e do Património do Fundo</b>	<b>87.354.522,48</b>
							<b>84.555.353,16</b>

tun  
y B

**Fundo de Pensões Crédito Agrícola**  
**Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2017**

U: Euros							
<b>PERDAS</b>	<b>Notas</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>	<b>GANHOS</b>	<b>Notas</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Pensões pagas	12	1.198.680,83	1.025.080,67	Contribuições	11	2.530.984,37	11.839.120,62
Encargos inerentes pagamento pensões	12	530.959,38	500.891,85	Indemnizações de contratos de seguro	13	319.536,38	120.236,37
Prémios de seguro de risco	13	1.646.016,25	1.505.427,38	Participação de resultados de contratos de seguro		1.223.806,20	1.281.476,69
Comissões	7			Rendimentos	6		
Comissões de gestão	7	275.712,54	240.572,85	Depósitos em instituições de crédito		6.613,83	4.580,02
Comissões de depositário		67.678,03	58.899,69	Outros Títulos de Crédito		1.872.252,74	1.555.507,17
Comissões de mediação		312,00	0,00				
		<b>343.702,57</b>	<b>299.472,54</b>			<b>1.878.866,57</b>	<b>1.560.087,19</b>
Perdas resultantes alienação/avaliação/reembolso das aplicações	6	2.241.203,82	1.510.883,42	Ganhos resultantes alienação/avaliação/reembolso das aplicações	6	2.797.565,56	2.277.161,64
Perdas cambiais		0,00	0,00	Ganhos cambiais		0,00	0,00
Perdas com derivados	4	179.600,00	0,00	Ganhos com derivados	4	195.320,00	0,00
Outros gastos	14	14.896,34	16.699,41	Outros rendimentos e ganhos	14	0,00	15.801,46
<b>Resultados do exercício</b>		<b>2.791.019,89</b>	<b>12.235.428,70</b>				
<b>Total de Perdas</b>		<b>8.946.079,08</b>	<b>17.093.883,97</b>	<b>Total de Ganhos</b>		<b>8.946.079,08</b>	<b>17.093.883,97</b>

**Fundo de Pensões Crédito Agrícola**  
**Demonstração de Fluxos de Caixa – Exercício de 2017**

*an  
ter  
B*

	Notas	31-dez-17	U: Euros 31-dez-16
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Contribuições			
Contribuições dos associados	11	848.566,00	10.232.560,00
Contribuições dos participantes/beneficiários	11	1.682.418,37	1.606.560,62
Transferências		0,00	0,00
Contribuições devolvidas		0,00	0,00
Pensões e Capitais Vencidos			
Pensões Pagas	12	-1.198.737,35	-1.024.561,05
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		0,00	0,00
Capitais Vencidos (remiçãoes/vencimentos)		0,00	0,00
Transferências		0,00	0,00
Retenção de imposto na Fonte		0,00	0,00
Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios por morte	12	-530.959,38	-500.891,85
Prémios de seguro de risco de invalidez ou morte	13	-1.646.016,25	-1.505.427,38
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	13	319.536,38	120.236,37
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		1.281.476,69	864.407,43
Reembolsos fora das situações legalmente previstas		0,00	0,00
Devolução por excesso de financiamento		0,00	0,00
Remunerações			
Remuneração de gestão		-265.767,89	-235.540,33
Remuneração de depósito e guarda de títulos		-65.191,84	-57.641,50
Outros rendimentos e ganhos		0,00	15.801,46
Outras despesas		-19.121,23	-9.201,00
<b>Fluxos de caixa líquido das actividades operacionais</b>		<b>406.203,50</b>	<b>9.506.302,77</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Recebimentos			
Alienação/Reembolso dos investimentos		431.615.579,86	91.179.484,38
Rendimentos dos investimentos		1.483.786,51	1.495.418,26
Pagamentos			
Aquisição de investimentos		-442.988.147,26	-96.130.321,60
Comissões de transacção e mediação		-312,00	0,00
Outros gastos com investimentos		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa líquido das actividades de investimento</b>		<b>-9.889.092,89</b>	<b>-3.455.418,96</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>		<b>-9.482.889,39</b>	<b>6.050.883,81</b>
<b>Efeitos de alteração na taxa de câmbio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa no início do período de reporte</b>		<b>11.538.210,07</b>	<b>5.487.326,26</b>
<b>Caixa no fim do período de reporte</b>		<b>2.055.320,68</b>	<b>11.538.210,07</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Ana Cristina Teixeira*  
 Ana Cristina Teixeira Guedes  
 T.O.C. n.º 50523

Director Fundos de Pensões

*Daniel Fonseca dos Reis*  
 Daniel Fonseca dos Reis

Conselho de Administração Executivo

*António João Alberto Castanho*  
*Nelson Fernando Ferreira Mauricio*

*H P B*

## 1. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### 1. Introdução

O Fundo de Pensões Crédito Agrícola foi constituído no dia 9 de Janeiro de 1990, tendo a sua gestão sido transferida para a Crédito Agrícola Vida em 27 de Dezembro de 2007. Trata-se de um fundo de pensões fechado, constituído por tempo indeterminado e tem como finalidade o financiamento do plano de pensões das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo.

O Fundo é gerido pela Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo de pensões possui unidades de participação registadas no Banco Best.

São Associados do fundo as instituições abrangidas pelo Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo em vigor. São participantes do fundo, todos os trabalhadores no activo com contrato por tempo indeterminado celebrado com os Associados do fundo. São beneficiários do fundo os participantes que reúnam as condições de elegibilidade definidas no plano de pensões das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo, assim como qualquer pessoa que, nos termos do referido plano de pensões tenha direito aos respectivos benefícios.

### 2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo de Pensões, mantidos de acordo com o plano de contas dos Fundos de Pensões, estabelecido pelas Normas Regulamentares 7/2010-R de 4 de Junho, 8/2002-R de 7 de Maio e 10/2002-R de 7 de Maio que prevêem os principais princípios contabilísticos, designadamente:

- O regime contabilístico dos fundos de pensões deve atender aos princípios gerais estabelecidos na *International Accounting Standard (IAS) 1*, nomeadamente os da apresentação apropriada, regime contabilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

A avaliação dos activos que compõe o património do Fundo deverá respeitar o previsto na norma Regulamentar 9/2007-R de 28 de Junho, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos activos financeiros, dos quais se destacam:

- Os activos que se encontram admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados, devem ser avaliados tendo por base o respectivo preço de mercado:
  - Correspondente à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontram admitidos a negociação;
  - Correspondente à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, frequência e regularidade de transacções caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado;
- Os activos que se encontram admitidos a negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados, cujo valor de cotação raramente se encontre disponível ou cujas quantidades transaccionados nessas bolsas ou mercados forem insignificantes face às quantidades de transacções efectuadas em sistemas de negociação especializados e internacionalmente reconhecidos, poderão ser avaliados, em alternativa ao preço de mercado, ao preço praticado naqueles sistemas;
- Os activos que se encontram admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados, que não tenham sido transaccionados durante os trinta dias antecedentes ao dia de referência da avaliação, são equiparados a activos não admitidos à negociação;
- Os activos que não se encontram admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados devem ser avaliados tendo por base o seu presumível valor de realização, devendo para o efeito considerar-se toda a informação relevante disponível sobre o emitente, bem como as condições de mercado vigentes no momento da avaliação, e aplicar-se a seguinte sequência de prioridades:

*✓ P/B*

- Valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, no caso dessas ofertas serem representativas;
  - Na impossibilidade de aplicar o disposto no ponto anterior, devem considerar-se metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de instrumentos financeiros cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares em termos de padrão de ocorrência temporal e valores envolvidos, que tenham um risco de crédito semelhante, que sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica, e que produzam resultados semelhantes perante idênticas mudanças nas condições de mercado e outros factores de risco;
  - Na ausência de informação adequada para aplicar o disposto nas alíneas anteriores, podem ser adoptados modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.
- 
- As unidades de participação são valorizadas ao último calor conhecido às 17h00 e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável ao último preço conhecido às 17h00 do mercado onde se encontrem admitidas à negociação;
  - Os depósitos bancários são avaliados ao seu valor nominal, procedendo-se ao reconhecimento diário do juro;

As mais e menos valias potenciais resultantes da avaliação dos investimentos são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica de Ganhos e Perdas (Nota 6) correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso dos títulos adquiridos no ano. As mais e menos valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de investimentos são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício, sendo igualmente relevadas na mesma rubrica da demonstração de resultados.

O valor de balanço, dos títulos, que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição corrigido pelas mais e menos valias potenciais geradas após a sua aquisição.

Os rendimentos, respeitante a rendimento de títulos, são contabilizados no período a que respeitam.

As contribuições efectuadas pelo Associado e Participantes a favor do fundos de pensões são registadas, quando efectivamente recebidas, na rubrica Contribuições da Demonstração de Resultados.

A comissão de gestão corresponde à remuneração da entidade gestora, cobrada ao fundo, pela gestão financeira, sendo reconhecida no período a que diz respeito independentemente do seu pagamento. O cálculo da comissão consiste na aplicação ao património líquido do fundo de uma taxa diária correspondente a 1,25%/ano, sendo a sua liquidação efectuada trimestralmente.

Os saldos e contas a receber e a pagar são contabilizados de acordo com o seu valor actual, sendo averiguado, a cada data de relato financeiro, a respectiva recuperabilidade do seu valor.

### **3. Regime fiscal do fundo de pensões**

O fundo de pensões, tendo sido constituído de acordo com a legislação nacional, está isento de IRC sobre os rendimentos. São tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros recebidos por fundos de pensões de entidades sujeitas a IRC, quando as partes sociais a que respeitam os dividendos não tenham permanecido, de modo ininterrupto, no ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

#### 4. Investimento em activos financeiros

Durante o exercício de 2017, os movimentos ocorridos nos títulos de rendimento variável, de rendimento fixo e derivados foram os seguintes:

					U: Euros
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Mais/Menos Valias <sup>1</sup>	Saldo Final
Acções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidades de Participação FIM	6.056.237,09	534.999,97	728.340,92	377.929,15	6.240.825,29
Unidades de Participação FII	1.128.050,04	0,00	0,00	37.765,51	1.165.815,55
Títulos de Rendimento Fixo	63.860.498,00	460.058.932,81	448.383.272,89	140.667,08	75.676.825,00
Derivados	0,00	20.926.970,00	20.942.690,00	15.720,00	0,00
<b>Total</b>	<b>71.044.785,13</b>	<b>481.520.902,78</b>	<b>470.054.303,81</b>	<b>572.081,74</b>	<b>83.083.465,84</b>

Durante o exercício de 2016, os movimentos ocorridos nos títulos de rendimento variável, de rendimento fixo e derivados foram os seguintes:

					U: Euros
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Mais/Menos Valias <sup>1</sup>	Saldo Final
Acções e outros títulos de rendimento variável	2.691.364,67	121.874,89	2.403.729,16	-409.510,40	0,00
Unidades de Participação FIM	2.719.853,46	5.521.226,64	2.121.611,08	-63.231,93	6.056.237,09
Unidades de Participação FII	1.111.360,68	0,00	0,00	16.689,36	1.128.050,04
Títulos de Rendimento Fixo	58.745.976,50	90.051.647,17	86.159.456,86	1.222.331,19	63.860.498,00
Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>65.268.555,31</b>	<b>95.694.748,70</b>	<b>90.684.797,10</b>	<b>766.278,22</b>	<b>71.044.785,13</b>

A utilização de derivados no exercício de 2017, através de contratos de futuros, teve como objectivo a cobertura do risco de taxa de juro associado a potenciais movimentos adversos de subida nas taxas de juro com impacto negativo na valorização das obrigações de taxa fixa em carteira.

#### 5. Disponibilidades em Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2017, o fundo possuía os seguintes valores na rubrica de disponibilidades:

- Depósitos à Ordem na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo: €2.055.320,68.

Em 31 de Dezembro de 2016, o fundo possuía os seguintes valores na rubrica de disponibilidades:

- Depósitos à Ordem na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo: €11.538.210,07.

#### 6. Rendimentos, ganhos e perdas dos investimentos

Durante o exercício de 2017, o rendimento e os ganhos e perdas dos investimentos foram o seguinte:

	Rendimentos	+/- Valias na Avaliação/Alienação/Reembolso de aplicações	Total	U: Euros
Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidades de participação	0,00	415.694,66	415.694,66	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.872.252,74	140.667,08	2.012.919,82	
Depósitos	6.613,83	0,00	6.613,83	
Operações com derivados	0,00	15.720,00	15.720,00	
<b>Total</b>	<b>1.878.866,57</b>	<b>572.081,74</b>	<b>2.450.948,31</b>	

<sup>1</sup> Mais/Menos valias realizadas e não realizadas

*l f b*

O valor das mais/menos Valias na Avaliação/Alienação/Reembolso de aplicações tem a seguinte decomposição:

	+/- Valias Realizadas	+/- Valias Potenciais	U: Euros Total
Acções	0,00	0,00	0,00
Unidades de participação	19.105,76 €	396.588,90	415.694,66 €
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	456.245,39 €	-315.578,31	140.667,08 €
Operações com derivados	15.720,00 €	0,00	15.720,00 €
<b>Total</b>	<b>491.071,15 €</b>	<b>81.010,59</b>	<b>572.081,74 €</b>

Durante o exercício de 2016, o rendimento e os ganhos e perdas dos investimentos foram o seguinte:

	Rendimentos	+/- Valias na Avaliação/Alienação/Reembolso de aplicações	U: Euros Total
Acções e outros títulos de rendimento Variável	7.003,20	-409.510,40	-402.507,20
Unidades de participação	0,00	-46.542,57	2.761,16
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.548.503,97	1.222.331,19	2.770.835,16
Depósitos	4.580,02	0,00	4.580,02
Operações com derivados	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.560.087,19</b>	<b>766.278,22</b>	<b>2.326.365,41</b>

## 7. Gastos com a gestão de activos

Nos exercícios de 2017 e 2016, o gasto com a gestão de activos foi o seguinte:

	2017	2016	U: Euros
	Comissões de Depósito	Comissões de Gestão	Comissões de Depósito
	67.678,03	275.712,54	58.899,69
			240.572,85

O cálculo das comissões consiste na aplicação ao património líquido do Fundo (valor dos activos do Fundo valorizados de acordo com as disposições legais, líquido de eventuais responsabilidades já vencidas e não pagas) de uma taxa diária, sendo as comissões cobradas ao fundo trimestralmente.

## 8. Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, a carteira do Fundo não possuía activos nem responsabilidades expressas em moeda estrangeira.

## 9. Devedores e Credores diversos

Em 31 de Dezembro de 2017, a conta devedores e credores apresentava a seguinte composição:

	2017		2016		U: Euros
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	
Entidade Gestora	1.223.806,20	0,00	1.281.476,69	0,00	
Estado e Outros	0,00	6.022,25	0,00	10.303,66	
Valores a regularizar	589,81	0,00	4,82	0,00	
<b>Total</b>	<b>1.224.396,01</b>	<b>6.022,25</b>	<b>1.281.477,51</b>	<b>10.303,66</b>	

✓ R S

O valor do devedor referente à Entidade Gestora refere-se à provisão da participação de resultados no seguro de risco relativo a cada exercício e a receber pelo fundo de pensões no exercício seguinte. O valor credor (estado e outros) refere-se à taxa a pagar à ASF (Autoridade de supervisão dos seguros e fundos de pensões) relativa às contribuições do 2º semestre de 2017 e aos impostos retidos na fonte relativo ao pagamento de pensões de Dezembro e imposto do selo sobre as comissões de gestão e depósito.

## **10. Acréscimo e Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o valor em acréscimos e diferimentos apresentava a seguinte composição:

	U: Euros	
	2017	2016
Juros a receber	991.339,95	690.876,45
Comissões de gestão e depósito	-90.997,61	-78.566,77
<b>Total</b>	<b>900.342,34</b>	<b>612.309,68</b>

A rubrica Juros a Receber regista os juros decorridos e não vencidos das aplicações do fundo até 31 de Dezembro de cada ano.

## **11. Contribuições realizadas**

As contribuições, no ano de 2017, foram realizadas em dinheiro e podem desagregar-se do seguinte modo:

	U: Euros	
	2017	2016
Associados	848.566,00	10.232.560,00
Participantes/beneficiários	1.682.418,37	1.606.560,62
<b>Total</b>	<b>2.530.984,37</b>	<b>11.839.120,62</b>

O valor das contribuições previstas para 2017, era de cerca 2,7 Milhões de Euros (relativo ao custo normal para o ano de 2017, calculado no início do ano). Face a 2016, verificou-se uma diminuição no valor das contribuições em resultado da redução das contribuições dos associados.

## **12. Benefícios e encargos inerentes ao pagamento de pensões**

O fundo de pensões, no exercício de 2017, pagou benefícios e respectivas contribuições para o SAMS (encargos inerentes ao pagamento de pensões) no montante total de €1.729.640,21.

	U: Euros	
	2017	2016
Pensões pagas	1.198.680,83	1.025.080,67
Contribuições para o SAMS	530.959,38	500.891,85
<b>Total</b>	<b>1.729.640,21</b>	<b>1.525.972,52</b>

O valor das pensões pagas em 2017 situou-se acima do valor previsto para este ano (valor esperado de cerca de 1,5 milhões de euros). Em 2017, o valor das contribuições para o SAMS aumentou em resultado das reformas (incluindo reformas antecipadas)/pensões de sobrevivência verificadas ao longo do ano de 2017.

*a*  
*b*  
*c*

### 13. Seguro de risco de invalidez e morte

Na anuidade de 2010, o fundo de pensões subscreveu um seguro de risco para a cobertura da invalidez e morte no activo dos participantes, que gerou em 2017 o gasto de €1.646.016,25 relativo ao prémio de seguro e ganhos de €1.543.342,58, €319.536,38 relativo a capitais de seguro recebidos e €1.223.806,20 relativo à participação nos resultados do seguro.

Em 2016 o gasto foi de €1.505.427,38 (relativo ao prémio de seguro) e os ganhos foram de €1.401.713,06, €120.236,37 relativo a capitais de seguro recebidos e €1.281.476,79 relativo à participação nos resultados do seguro.

### 14. Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos

O valor da rubrica outros rendimentos e ganhos regista os valores de retrocomissões recebidas relacionadas com os investimentos em unidades de participação (€0,00 em 2017 e €2.817,45 em 2016) e a devolução do valor de pensões pagas indevidamente (no valor de €0,00 em 2017 e €€12.984,01 em 2016).

O valor registado na rubrica Outros gastos pode decompor-se do seguinte modo:

<b>Tipo de Despesa</b>	<b>U: Euros</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Impostos (inclui taxa ASF)	14.712,78	16.516,59
Despesas bancárias	183,56	182,82
Comissões – produtos derivados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14.896,34</b>	<b>16.699,41</b>

### 15. Identificação e gestão de riscos associados aos activos financeiros

A composição/estrutura da carteira de activos é objecto de uma análise sistemática, com vista à identificação da exposição a diversos tipos de riscos, nomeadamente risco de crédito, de mercado e de taxa de juro. O fundo de pensões encontra-se exposto ao risco de mercado (associado ao risco de perdas resultantes de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado e ao risco de taxa de juro) e ao risco de crédito associado ao risco de incumprimento ou de possíveis alterações na situação creditícia dos emitentes dos valores mobiliários que constituem a carteira de activos financeiros do fundo de pensões. A avaliação do risco de mercado é efectuada através do cálculo do *Value at Risk* (VAR) sendo igualmente monitorizado o indicador Duration modificada no que se refere ao risco de taxa de juro. O VAR é uma medida estatística que representa a perda potencial máxima do valor da carteira de activos financeiros num determinado período de tempo e para um dado nível de confiança. O controlo do risco de crédito associado aos emitentes que possam compor a carteira é efectuado através do acompanhamento da notação de rating atribuída pelas agências internacionais, nomeadamente a *Standart & Poor's* e *Moody's Investor Services*.

Com data de referência de 31 de Dezembro de 2017, quantificou-se o impacto na carteira de activos do fundo, através da realização de um stress test que possa reflectir os riscos mais significativos a que o fundo se encontra exposto, considerando oscilações nas taxas de juro, nos mercados accionistas e nos fundos de investimento imobiliário. Considerou-se uma desvalorização da carteira de acções em 20% e dos fundos de investimento imobiliário em 15%, no risco de crédito foi utilizado o método standart preconizado pelo acordo de Basileia II e no caso do risco de taxa de juro considerou-se uma subida (variação paralela ao longo de toda a curva de rendimentos) em 30% da taxa spot a 10 anos (a curva de rendimentos utilizada consiste na curva de taxas Swap de cupão zero na data de 31 de Dezembro de 2017).

<b>Factor de risco</b>	<b>Impacto na carteira de activos</b>	<b>%</b>
Risco de taxa de Juro +30%	-1.214.880,54€	-1,39%
Risco de Crédito	-3.088.098,72€	-3,54%
Risco de Variação de Preços		
Acções -20%	-1.248.165,06€	-1,43%
Imobiliário -15%	-174.872,33€	-0,20%
		<b>-6,56%</b>

✓ ✓ ✓

No conjunto dos vários riscos objecto do teste de stress apresentado, o impacto no valor da carteira de activos é de -6,56% o que representa - €5.276.016 (tendo em conta o valor do fundo em 31 de Dezembro de 2017).

Para o plano de pensões de benefício definido financiado pelo fundo de pensões Crédito Agrícola apresenta-se de seguida uma análise de sensibilidade da variação da taxa de desconto utilizada na avaliação das responsabilidades do referido plano de pensões. Para o efeito analisou-se o impacto, no valor das responsabilidades, da variação da taxa de desconto em +/-50 pontos base.

	U: Euros	
	<b>Valor das responsabilidades</b>	<b>Variação do valor das responsabilidades</b>
<b>TAXA DE DESCONTO</b>		
Aumento em 50 pontos base	78.856.156	-7.721.043
Diminuição em 50 pontos base	95.493.878	8.916.679

## **16. Envolvimento com entidades relacionadas**

A gestão dos activos financeiros do Fundo de Pensões foi subestabelecida à Crédito Agrícola Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários sendo as funções de depositário exercidas pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

## **17. Compromissos, responsabilidades e passivos contingentes**

Não existem compromissos, responsabilidades ou passivos contingentes.

## **18. Acontecimentos subsequentes**

Não existem acontecimentos subsequentes que possam afectar a posição do fundo em 31 de Dezembro de 2017.

## **19. Garantias**

Não existe garantia de capital nem rendimento mínimo, por parte da entidade gestora, nas aplicações feitas no fundo de pensões.

*an* *fis*  
*A* *B*

## 19. Inventário de investimentos e outros activos – 31 de Dezembro de 2017

	Designação	Quantidade	Moeda	Cotação/ Preço Unit. em Euros	VALOR	Juros Decorridos (em Euros)	Montante Global (em Euros)
1	VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	68.250.000		0	75.676.825,00	991.339,97	76.668.164,97
1.1	Mercado de cotações oficiais de bolsa de valores portuguesa e outros mercados	8.600.000		0	9.955.133,00	183.782,39	10.138.915,39
1.1.1	Títulos de dívida pública	7.800.000		0	9.140.669,00	167.194,72	9.307.863,72
1.1.1	PGB 2,2% 17/10/22	2.000.000	EUR	108,337	2.166.740,00	9.041,10	2.175.781,10
1.1.1	PGB 4,125% 14/04/27	3.500.000	EUR	118,349	4.142.215,00	137.255,13	4.279.470,13
1.1.1	PGB 4,95% 25/10/23	2.300.000	EUR	123,118	2.831.714,00	20.898,49	2.852.612,49
1.1.3	Obrigações diversas	800.000		0	814.464,00	16.587,67	831.051,67
1.1.3	CXGD 1% 27/01/22	400.000	EUR	101,926	407.704,00	3.704,11	411.408,11
1.1.3	CXGD 3% 15/01/19	200.000	EUR	103,219	206.438,00	5.753,42	212.191,42
1.1.3	CXGD 3,75% 18/01/18	200.000	EUR	100,161	200.322,00	7.130,14	207.452,14
1.2	Mercado de cotações oficiais de bolsa valores de outros Estados-membro da União Europeia	59.650.000		0	65.721.692,00	807.557,58	66.529.249,58
1.2.1	Títulos de dívida pública	28.600.000		0	33.040.251,00	499.020,51	33.539.271,51
1.2.1	BGB 0,8% 22/06/25	1.200.000	EUR	103,421	1.241.052,00	5.049,86	1.246.101,86
1.2.1	BGB 1% 22/06/26	700.000	EUR	104,439	731.073,00	3.682,19	734.755,19
1.2.1	BTPS 2,15% 15/12/21	4.300.000	EUR	106,423	4.576.189,00	4.052,60	4.580.241,60
1.2.1	BTPS 3,5% 01/03/30	2.600.000	EUR	112,3	2.919.800,00	30.417,13	2.950.217,13
1.2.1	BTPS 4,5% 01/03/24	3.800.000	EUR	119,26	4.531.880,00	57.157,46	4.589.037,46
1.2.1	BTPS 4,75% 01/09/28	4.000.000	EUR	125,02	5.000.800,00	63.508,28	5.064.308,28
1.2.1	FRTR 2,25% 25/05/24	1.500.000	EUR	113,562	1.703.430,00	20.342,46	1.723.772,46
1.2.1	NETHER 1,75% 15/07/23	100.000	EUR	109,926	109.926,00	810,27	110.736,27
1.2.1	RAGB 1,65% 2/10/24	2.000.000	EUR	109,869	2.197.380,00	6.419,18	2.203.799,18
1.2.1	SPGB 1,95% 30/07/30	600.000	EUR	100,162	600.972,00	4.936,44	605.908,44
1.2.1	SPGB 3,9% 30/04/24	4.100.000	EUR	118,946	4.876.766,00	104.578,07	4.981.364,07
1.2.1	SPGB 5,85% 31/01/22	3.700.000	EUR	122,999	4.450.963,00	198.066,57	4.749.029,57
1.2.2	Outros fundos públicos e equiparados	1.300.000		0	1.505.734,00	28.326,02	1.534.060,02
1.2.2	ADIFAL 3,5% 27/05/24	500.000	EUR	115,356	576.780,00	10.452,05	587.232,05
1.2.2	EIBKOR 2% 30/04/20	200.000	EUR	103,934	207.868,00	2.684,93	210.552,93
1.2.2	MADRID 4,125% 21/05/24	600.000	EUR	120,181	721.086,00	15.189,04	736.275,04
1.2.3	Obrigações diversas	29.750.000		0	31.175.707,00	280.211,05	31.455.918,05
1.2.3	ABBEY 2% 14/01/19	300.000	EUR	102,145	306.435,00	5.769,86	312.204,86
1.2.3	ACEIM 1% 24/10/26	300.000	EUR	97,486	292.458,00	558,90	293.016,90
1.2.3	ACEIM 2,625% 15/07/24	300.000	EUR	110,21	330.630,00	3.646,23	334.276,23
1.2.3	AEMSPA 3,625% 13/01/22	400.000	EUR	112,955	451.820,00	13.983,56	465.803,56
1.2.3	ALB 1,875% 08/12/21	400.000	EUR	105,046	420.184,00	47,60	420.656,60
1.2.3	AMXLMM 1% 04/06/18	300.000	EUR	100,401	301.203,00	1.726,03	302.929,03
1.2.3	BANBRA 3,75% 25/07/18	400.000	EUR	101,967	407.868,00	6.534,25	414.402,25
1.2.3	BBVASM 2,375% 22/01/19	200.000	EUR	102,566	205.132,00	4.463,70	209.595,70
1.2.3	BBVASM 6,75% 29/12/49 - 20	600.000	EUR	108,138	648.828,00	4.771,23	653.599,23
1.2.3	BCPPL 0,75% 31/05/22	300.000	EUR	101,18	303.540,00	1.319,18	304.859,18
1.2.3	BKIASM 1% 14/03/23	100.000	EUR	103,122	103.122,00	800,00	103.922,00
1.2.3	BKIASM 6% PERP-22	200.000	EUR	104,695	209.390,00	2.432,88	211.822,88
1.2.3	BMW 0,875% 17/11/20	400.000	EUR	102,397	409.588,00	421,92	410.009,92
1.2.3	BNP 6,125% 29/12/49 - 22	400.000	EUR	115,406	461.624,00	942,31	462.566,31
1.2.3	CO 75% 26/10/23	300.000	EUR	100,14	300.420,00	406,85	300.826,85
1.2.3	CAJARU 3,75% 22/11/18	300.000	EUR	103,463	310.389,00	1.202,05	311.591,05
1.2.3	CARGIL 2,50% 15/02/23	150.000	EUR	101,021	165.031,50	3.277,40	168.309,90
1.2.3	CASHSM 1,375% 04/02/26	500.000	EUR	98,077	490.385,00	508,56	490.893,56
1.2.3	CS 1,375% 29/11/19	400.000	EUR	102,783	411.132,00	482,19	411.614,19
1.2.3	DANBNK 5,875% 29/04/49 - 22	600.000	EUR	113,642	681.852,00	8.305,48	690.157,48
1.2.3	ECLEAR 1,125% 07/12/26	200.000	EUR	101,032	202.064,00	147,95	202.211,95
1.2.3	EDF 5% 22/01/49 - 26	500.000	EUR	110,925	554.625,00	23.493,15	578.118,15
1.2.3	ELEPOR 2% 22/04/25	200.000	EUR	105,707	211.414,00	2.772,60	214.186,60
1.2.3	ELEPOR 2,625% 18/01/22	400.000	EUR	109,141	436.564,00	9.982,19	446.546,19
1.2.3	ELIASO 1,375% 27/05/24	200.000	EUR	103,476	206.952,00	1.642,47	208.594,47
1.2.3	ENIMO 0,625% 19/09/24	400.000	EUR	98,233	392.932,00	705,48	393.637,48
1.2.3	ENIM 2,625% 22/11/21	200.000	EUR	109,283	218.566,00	560,96	219.126,96
1.2.3	ERSTBK 1,875% 13/05/19	200.000	EUR	102,602	205.204,00	2.383,56	207.587,56
1.2.3	FERROV 3,5% 13/12/21	200.000	EUR	111,963	223.926,00	345,21	224.271,21
1.2.3	GASSM 3,50% 15/04/21	200.000	EUR	110,79	221.580,00	4.986,30	226.566,30
1.2.3	GSZFP 0,5% 13/03/22	400.000	EUR	101,101	404.404,00	1.605,48	406.009,48
1.2.3	HERIM 2,375% 04/07/24	200.000	EUR	110,079	220.158,00	2.342,47	222.500,47
1.2.3	IBESM 1,75% 17/09/23	300.000	EUR	106,264	318.792,00	1.510,27	320.302,27
1.2.3	IBESM 2,5% 24/10/22	300.000	EUR	109,958	329.874,00	1.397,26	331.271,26
1.2.3	INTNED 1,25% 13/12/19	500.000	EUR	102,699	513.495,00	308,22	513.803,22
1.2.3	IREIM 0,875% 04/11/24	400.000	EUR	98,593	394.372,00	546,58	394.918,58
1.2.3	IRISH 1% 15/05/26	8.000.000	EUR	102,675	8.214.000,00	50,410,96	8.264.410,96
1.2.3	JPM 3,875% 23/09/20	250.000	EUR	110,43	276.075,00	2.627,57	278.702,57
1.2.3	MAERSK 1,5% 24/11/22	100.000	EUR	103,849	103.849,00	152,05	104.001,05
1.2.3	MRK 0,5% 02/11/24	200.000	EUR	99,004	198.008,00	161,64	198.169,64
1.2.3	MSFT 2,125% 06/12/21	200.000	EUR	107,472	214.944,00	291,10	215.235,10
1.2.3	NAB 0,625% 18/09/24	400.000	EUR	98,82	395.280,00	712,33	395.992,33
1.2.3	NAB 0,875% 16/11/22	100.000	EUR	103,076	103.076,00	107,88	103.183,88
1.2.3	NAB 2% 12/11/20	200.000	EUR	105,456	210.912,00	536,99	211.448,99
1.2.3	NDAQ 3,875% 07/06/21	100.000	EUR	111,874	111.874,00	2.197,60	114.071,60
1.2.3	ODGR 2,375% 10/02/21	400.000	EUR	106,745	426.980,00	8.432,88	435.412,88
1.2.3	RABOBK 3,75% 22/05/23	500.000	EUR	110,344	551.720,00	7.255,14	558.975,14
1.2.3	RABOBK 5,5% 22/01/49 - 20	400.000	EUR	108,294	433.176,00	120,55	433.296,55
1.2.3	RBS 1,625% 25/06/19	200.000	EUR	102,343	204.686,00	1.682,88	206.368,88

P3

## Inventário de investimentos e outros activos – 31 de Dezembro de 2017 (continuação)

	Designação	Quantidade	Moeda	Cotação/ Preço Unit. em Euros	VALOR	Juros Decorridos (em Euros)	Montante Global (em Euros)
1.2.3	RENAUL 1.25% 08/06/22	300.000	EUR	102,827	308.481,00	2.116,44	310.597,44
1.2.3	REPSPM 2,125% 16/12/20	400.000	EUR	105,822	423.288,00	349,32	423.637,32
1.2.3	REPSPM 2,625% 28/05/20	200.000	EUR	106,014	212.028,00	3.121,23	215.149,23
1.2.3	REPSPM 3,875% 29/12/49 - 21	400.000	EUR	107,532	430.128,00	11.932,88	442.060,88
1.2.3	RIOLN 2,875% 11/12/24	100.000	EUR	114,602	11.602,00	157,53	114.759,53
1.2.3	SABSM 0,875% 05/03/23	200.000	EUR	98,994	197.988,00	124,66	198.112,66
1.2.3	SANFP 0% 13/09/22	400.000	EUR	98,713	394.852,00	0,00	394.852,00
1.2.3	SANFP 1,875% 04/09/20	200.000	EUR	104,618	209.236,00	1.212,33	210.448,33
1.2.3	SOCGENO 0 13/08/26	400.000	EUR	101,3	405.200,00	0,00	405.200,00
1.2.3	SRGIM 1,5% 21/04/23	400.000	EUR	105,28	421.120,00	4.175,34	425.295,34
1.2.3	SRGIM 3,25% 22/01/24	300.000	EUR	115,101	345.303,00	9.162,33	354.465,33
1.2.3	TELEFO 1,477% 14/09/21	300.000	EUR	104,462	313.386,00	1.311,09	314.697,09
1.2.3	TELEFO 3,987% 23/01/23	300.000	EUR	116,824	350.472,00	11.196,83	361.668,83
1.2.3	TELEFO 5,875% 31/03/49 - 24	200.000	EUR	116,024	232.048,00	8.852,74	240.900,74
1.2.3	UCGIM 2,625% 3/10/20	300.000	EUR	107,569	322.707,00	1.316,10	324.023,10
1.2.3	UCGIM 3% 31/01/24	300.000	EUR	115,249	345.747,00	8.235,62	353.982,62
1.2.3	VALEBZ 3,75% 10/01/23	350.000	EUR	112,393	393.375,50	12.765,41	406.140,91
1.2.3	VOTORA 3,25% 25/04/21	400.000	EUR	105,292	421.168,00	8.904,11	430.072,11
1.2.3	VW 0,5% 30/03/21	500.000	EUR	100,71	503.550,00	1.890,41	505.440,41
1.2.3	VW 2,7% PREP-22	500.000	EUR	103,038	515.190,00	600,00	515.790,00
1.2.3	WFCI 1,125% 29/10/21	200.000	EUR	103,184	206.368,00	388,36	206.756,36
1.2.3	WSTP 0,25% 17/01/22	400.000	EUR	99,734	398.936,00	953,42	399.889,42
3	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE INVESTIMENTO COLECTIVO	182.145		0	6.240.825,29	0,00	6.240.825,29
3.1	Fundos harmonizados	182.145		0	6.240.825,29	0,00	6.240.825,29
3.1	Allianz RCM Europe Equity Growth-IT	228	EUR	2950,979998	672.463,42	0,00	672.463,42
3.1	Amundi Funds-Abs Vol Eur Equities	248	EUR	1225,520016	304.261,08	0,00	304.261,08
3.1	BlackRock Str Fd-Europ Abs Rtn-ABS-A	1.531	EUR	127,9200013	195.864,71	0,00	195.864,71
3.1	CA Acções Europa (UP)	82.060	EUR	4,288100031	351.881,44	0,00	351.881,44
3.1	Candriam Diversified Futures-I	34	EUR	9977,819951	341.480,91	0,00	341.480,91
3.1	Candriam Equities L Europe OPT5	3.642	EUR	169,8500003	618.527,12	0,00	618.527,12
3.1	DNCA Invest Miri	2.906	EUR	129,7500003	377.061,74	0,00	377.061,74
3.1	Fidelity Funds-European Dynamic Growth Fund-Y ACC	23.327	EUR	19,75999995	460.943,89	0,00	460.943,89
3.1	Invesco Global Targeted ReturnsEur	40.718	EUR	11,25010002	458.076,51	0,00	458.076,51
3.1	JPMorgan Funds-Europe Strategic Growth -A-A	20.506	EUR	28,07000002	575.601,74	0,00	575.601,74
3.1	Natix AM FDS-SeeyondMINV-IA	27	EUR	19224,68003	513.706,52	0,00	513.706,52
3.1	Nordea I SICAV-Flexible Fixed Income Fund	3.400	EUR	108,9299993	370.380,08	0,00	370.380,08
3.1	Pictet Multi Asset Global Opportunities	3.187	EUR	121,9600001	388.656,60	0,00	388.656,60
3.1	Pioneer Funds - European Potential -I	331	EUR	1847,889988	611.919,53	0,00	611.919,53
4	IMOBILIÁRIO	86.687		0	1.165.815,55	0,00	1.165.815,55
4.2	Unidades de participação de fundos de investimento imobiliário	86.687		0	1.165.815,55	0,00	1.165.815,55
4.2	CA Imobiliário	11.265	EUR	4,929800266	55.534,20	0,00	55.534,20
4.2	CA Património Crescente	68.337	EUR	15,85560004	1.083.524,14	0,00	1.083.524,14
4.2	Vision Escritórios-Fundo Investimento Imobiliário Fechado	7.085	EUR	3.776599859	26.757,21	0,00	26.757,21
5	LIQUIDEZ	0		0	3.182.696,85	0,00	3.182.696,85
5.1	À vista	0		0	2.055.320,68	0,00	2.055.320,68
5.1.2	Depósitos à ordem	0		0	2.055.320,68	0,00	2.055.320,68
5.1.2	EUR - CCCAM	0	EUR	0	701.016,32	0,00	701.016,32
5.1.2	EUR - CCCAM (Pascoal de Melo)	0	EUR	0	1.038.896,36	0,00	1.038.896,36
5.1.2	EUR - FUTUROS - ALTURA	0	EUR	0	315.408,00	0,00	315.408,00
5.3	Devedores e Crédores	0		0	1.127.376,17	0,00	1.127.376,17
5.3.1	Operações a Liquidar	0		0	1.224.396,03	0,00	1.224.396,03
5.3.1	Diferimento do Juro das OPLs	0	EUR	0	4,83	0,00	4,83
5.3.1	FP_Entidade_Gestora	0	EUR	0	1.223.806,20	0,00	1.223.806,20
5.3.1	Operações a Liquidar	0	EUR	0	585,00	0,00	585,00
5.3.2	Impostos	0		0	-6.022,25	0,00	-6.022,25
5.3.2	FP - IRS categoria H	0	EUR	0	-1.644,00	0,00	-1.644,00
5.3.2	FP-TaxalISP	0	EUR	0	-774,20	0,00	-774,20
5.3.2	FP_Penhora_Pensão	0	EUR	0	-164,14	0,00	-164,14
5.3.2	Imposto de Selo - FP - CD	0	EUR	0	-687,98	0,00	-687,98
5.3.2	Imposto de Selo - FPCG	0	EUR	0	-2.751,93	0,00	-2.751,93
5.3.3	Comissões	0		0	-90.997,61	0,00	-90.997,61
5.3.3	FP - Comissão de Depósito	0	EUR	0	-17.199,54	0,00	-17.199,54
5.3.3	FP - Comissão de Gestão	0	EUR	0	-68.798,07	0,00	-68.798,07
5.3.3	FP-Comissão de Gestão Administrativa	0	EUR	0	-5.000,00	0,00	-5.000,00
	TOTAL				86.266.162,69	991.339,97	87.257.502,66

H



Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A.  
Rua Castilho, 233 - 7º 1099 - 004 Lisboa  
Tel.: 211 111 800 Fax.: 211 111 801  
Pessoa Colectiva: 504 405 489

---

***Crédito Agrícola Vida – Companhia de  
Seguros, SA***  
***Fundo de pensões Crédito Agrícola***  
Relatório e Contas

31 de dezembro de 2017

## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Crédito Agrícola (o Fundo), gerido pela Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A. (a entidade gestora), as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total do ativo de 87.354.522 euros e um total do valor do Fundo de 87.257.503 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido do exercício de 2.791.020 euros) e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



.....  
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

---

***Matérias relevantes de auditoria***

---

***Valorização de instrumentos financeiros***

***Mensurações e divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2 e 4 das demonstrações financeiras.***

Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira na linha de unidades de participação, títulos de rendimento fixo e produtos estruturados, no montante de 83.083.466 euros representam 95% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2017. A valorização destes ativos envolve julgamento relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o justo valor é estimado através da utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizados em condições de mercado ou de metodologias de avaliação, fornecidas pelas entidades gestoras/emissores, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito de tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

***Síntese da abordagem de auditoria***

---

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Avaliação de metodologias, dados e pressupostos de valorização adotados para os instrumentos financeiros;
- Testes de detalhe às valorizações registadas no ativo da demonstração da posição financeira, nas linhas de unidades de participação e títulos de rendimento fixo; e
- Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registo contabilísticos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

---

***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da entidade gestora pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão da entidade gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela ASF;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da entidade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da entidade gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da entidade gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização da entidade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 11º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da ASF, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

#### ***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

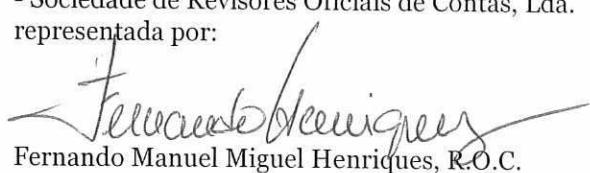
- a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2016, mantendo-nos em funções até ao presente período.
- b) O órgão de gestão da entidade gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de

distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização da entidade gestora nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

18 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, R.O.C.